

Legislativo Federal

Braga apresenta plano de trabalho da Reforma Tributária



Braga, em entrevista coletiva no Senado Federal - 2/4/2025

O senador **Eduardo Braga (MDB/AM)**, relator da **segunda parte da Reforma Tributária**, apresentou na quarta-feira, 2/4, na **Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)**, o plano de trabalho onde prevê a realização de quatro audiências públicas, que contarão com a presença de especialistas e integrantes do governo, entre outros representantes da sociedade.

A segunda parte do novo modelo de tributação, o [PLP 108/2024](#), cria um comitê gestor para coordenar a arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a distribuição dos respectivos valores entre estados e municípios. O IBS irá unificar o ICMS, que é um imposto estadual, e o ISS, que é um imposto municipal. A primeira parte, a [Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025](#), criou o IBS e a CBS.

Em entrevista, o relator Braga disse que a redação final da segunda parte da Reforma Tributária, poderá ser votada pelo Senado Federal ainda no primeiro semestre.

A matéria é um dos projetos de lei que aparecem na lista de prioridades do setor da indústria. Representantes do setor entregaram a [Agenda Legislativa de 2025](#) em sessão solene do Congresso Nacional na terça, 25/3, com propostas que, se aprovadas, podem trazer bons resultados para a indústria e para o país.

Em sua 30ª edição, a agenda legislativa é composta por 135 proposições, das quais 90 são de interesse geral e 45 de interesse setorial.

SUMÁRIO

Braga apresenta plano de trabalho da Reforma Tributária - p. 1

Desenvolvimento Urbano elege seu presidente - p. 2

Câmara criará comissão especial para analisar isenção do IR - p. 3



Sessão solene do Congresso Nacional - 25/3/2025

Veja o cronograma audiências públicas da Reforma Tributária, segunda parte:

1ª audiência: Comitê Gestor

- O primeiro debate na CCJ abordará o funcionamento do Comitê Gestor do IBS, suas funções, sua gestão financeira e sua prestação de contas, que será realizada de forma compartilhada entre tribunais de contas dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. O comitê será conduzido por um conselho superior que terá representantes indicados por prefeitos e governadores, entre outros e estabelece regras para a eleição dos membros desse conselho.

2ª audiência: conflitos tributários

- O debate abordará infrações, penalidades e encargos moratórios do IBS, além das regras do processo administrativo tributário e da resolução de conflitos entre a administração pública e contribuintes. O projeto prevê três etapas de julgamento: primeira instância, instância recursal e a Câmara Superior do IBS, cuja decisão será final, com participação conjunta de auditores fiscais estaduais e municipais. No entanto, as regras propostas geram questionamentos entre os auditores.

3ª audiência: tributos estaduais

- O PLP trata das regras de transição do ICMS para o IBS até 2033. Além disso, o projeto traz regras gerais sobre o Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), um tributo estadual. O ITCMD é devido quando há doações e heranças, e a porcentagem a ser paga varia de acordo com a legislação de cada estado. Os dois tributos serão tema do terceiro debate.

4ª audiência: tributos municipais

- A última audiência prevista vai abordar os dispositivos do projeto que alteram normas sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip).

Veja [aqui](#) a íntegra do plano de trabalho apresentado pelo relator.

Desenvolvimento Urbano elege seu presidente

Na quarta-feira, 2/4, a **Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU)** da Câmara dos Deputados, elegeu o deputado **Yury do Paredão (MDB/CE)** para presidir os trabalhos. A escolha dos vice-presidentes ficou para próxima reunião. Na Comissão, criada em 1985, tramitam matérias sobre urbanismo, uso do solo urbano, habitação, saneamento, transporte urbano, infraestrutura das cidades, entre outras.

Segundo o presidente eleito, dois grandes temas deverão ser priorizados neste ano:

- o transporte, especialmente a gratuidade para os passageiros nos sistemas públicos e as demandas dos motoristas por aplicativo e dos taxistas; e
- o direito à moradia, a partir de debates com governos federal e estaduais.

Perfil

Yury Bruno Alencar Araujo, mais conhecido como Yury do Paredão, tem 36 anos, é empresário e natural de Juazeiro do Norte/CE, foi eleito para o primeiro mandato como deputado federal em 2022, com 90.425 votos.



Yury, presidente da CDU

Câmara criará comissão especial para analisar isenção do IR



Motta e bancada do PP em entrevista coletiva - 3/4/2025

Em entrevista coletiva na **Câmara dos deputados**, o presidente da casa, deputado **Hugo Motta (Republicanos/PB)**, anunciou na quinta-feira, 3/4, que vai criar uma Comissão Especial para analisar o [PL 1087/2025](#), que **isenta do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil mensais**.

Motta anunciou também que a Comissão Especial será presidida pelo deputado **Rubens Pereira Júnior (PT/MA)**, vice-líder do governo, e a matéria será relatada pelo deputado **Arthur Lira (PP/AL)**, ex-presidente da casa.

A proposta do governo, que deve custar R\$ 25,8 bilhões por ano, deve compensar a isenção para quem ganha menos taxando mais, acima de R\$ 600 mil por ano. Estudo da Câmara mostra redução da desigualdade com isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil por mês.



Pereira, presidente

Lira, relator

O texto trêmite em regime de urgência.

Proposta Alternativa

Ainda na entrevista coletiva, o **senador Ciro Nogueira (PI/PP)**, ao lado presidente da Casa, apresentou proposta alternativo ao PL que isenta de imposto de renda quem ganha até R\$ 5 mil.

Na entrevista, o parlamentar criticou a proposta do governo de impor alíquota única de 10% sobre lucros e dividendos, argumentando que a tributação viola a progressividade do imposto de renda para faixas mais altas.

De acordo com a proposta da bancada do partido Progressista (PP):

- Isenção de IR para rendimentos até R\$ 5 mil e desconto parcial até R\$ 7 mil; amplia a faixa de tributação adicional de R\$ 50 mil para R\$ 150 mil mensais;
- Alíquota de IR começa em 4% e sobe até 15% para rendimentos anuais acima de R\$ 1 bilhão, onde se fixa;
- Redução de benefícios tributários de forma linear, mantendo exceções como Simples Nacional, ONGs, medicamentos, benefícios trabalhistas e fundos da Criança e do Idoso;
- Aumento em 5% a CSLL para instituições financeiras com lucro anual acima de R\$ 1 bilhão

A proposta deve ser protocolada nos próximos dias.